

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Esqueleto nuclear	2
Título: Hidrelétricas à venda	2
Título: 'A energia tinha preço mais baixo do que devia'	5
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	5
Título: Produção da Petrobras aumenta acima da meta prevista para 2017	5
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	6
Título: Temer vai ao NE para apaziguar PSDB	6
Título: Empreiteira elege Petrobrás como 'alcoz'	8
VEÍCULO: Valor Econômico	9
Título: Brasil deve aproveitar crise para aprimorar modelo elétrico, diz ONS	9
Título: Reforma valorizará setor, mas não será como antes	11
Título: EUA exportam mais petróleo, mas importam mais também	12
Título: Destaques	15
Título: Norte Energia tenta usar contrato de térmica da Bolognesi	15
Título: Governo de São Paulo publica regras para acesso à dados da Cesp	17
Título: Curtas	19
Título: Ação da Braskem atinge valor mais alto da história	20
Título: Produção da Petrobras no semestre supera meta	21

VEÍCULO: O Globo**Seção: Colunas****Autor: Lydia Medeiros****Título: Esqueleto nuclear**

Poder em Jogo

O Brasil é o dono da única obra de usina nuclear paralisada no mundo. Angra 3 começou a ser construída há mais de três décadas e não tem mais data para acabar. A Eletronuclear enviou à Andrade Gutierrez carta em que decreta a nulidade do contrato para as obras civis. O motivo alegado é a participação da empresa em acordo de leniência que envolve outro contrato, para a montagem eletromecânica da usina. A atividade parou há mais de três anos. A empreiteira vinha fazendo só a manutenção, porque negociava o recebimento de dívidas. A paisagem de Angra poderá ganhar um esqueleto bilionário.

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Manoel Ventura****Título: Hidrelétricas à venda**

Eletrobrás pode privatizar até 14 usinas. Operação deve reforçar caixa da estatal e elevar conta de luz.

-BRASÍLIA- A Eletrobrás pode privatizar até 14 usinas hidrelétrica antigas pertencentes às subsidiárias Chesf, Furnas e Eletronorte, se a reforma nas leis do setor elétrico avançar da forma como o Ministério de Minas e Energia propôs no início deste mês. Esse movimento deve afetar as contas de luz de todos os brasileiros, mas tem potencial de reforçar o caixa da estatal e as contas do governo. Para diluir os aumentos e preparar o sistema elétrico para uma nova forma de comercializar a energia produzida pelas usinas, o governo avalia colocar todo esse volume à venda de maneira escalonada.

Juntas, essas usinas têm hoje capacidade instalada de 13.907,51 megawatts de energia e geram eletricidade suficiente para atender a de 20 milhões a 25 milhões de residências. As 14 usinas da Eletrobrás que podem ser vendidas operam cobrando apenas os custos de operação e manutenção, com preços predefinidos, pelo chamado regime de "cotas". No total, a estatal conta com 47 hidrelétricas. Entre as principais hidrelétricas que podem entrar na lista para concessão ao setor privado estão o Complexo de Paulo Afonso (na Bahia) e Xingó (entre Alagoas e Sergipe), operadas pela Chesf; e usinas de Furnas, como Marimbondo e a Hidrelétrica de Furnas (ambas em Minas Gerais).

Caso prossigam as mudanças de regulação das elétricas, com a privatização, a estatal poderá trocar o modelo adotado nessas usinas, de preço fixo em cotas pelo preço de mercado, definido de acordo com a demanda.

MODELO PARA ATRAIR INVESTIDOR

Atualmente, a tarifa das cotas é de cerca de R\$ 60 por megawatt-hora (MWh). Nos contratos do mercado regulado, firmados em leilões, por sua vez, a Eletrobrás apurou a tarifa média de R\$ 200/MWh em 2016. É daí que vem o aumento na conta de luz. Caso todas as usinas sejam privatizadas de uma só vez, o impacto previsto pelo próprio governo nas contas de luz de todos os brasileiros é de uma alta de até 7%.

Por isso, as hidrelétricas devem ser ofertadas ao mercado de maneira escalonada, tanto para reduzir os impactos nas tarifas, quanto para preparar as distribuidoras para a nova realidade do sistema. A mudança na forma como a energia dessas hidrelétricas é comercializada tem o objetivo de deixá-las mais atraentes para investidores. Dessa forma, a interpretação é que elas poderiam ser vendidas por preços maiores. O modelo representa o abandono das regras estabelecidas pela medida provisória (MP) 579, publicada no governo Dilma Rousseff, que criou o regime de cotas. Com essa MP, que mudou regras com a promessa de reduzir a conta de luz, a Eletrobrás passou a receber apenas uma receita para operação e manutenção desses ativos, que representam cerca de um terço da sua capacidade instalada total.

O governo atual alega que a mudança é inevitável e que a Eletrobrás vai ganhar com as privatizações. O baixo preço da energia vendida pelas 14 usinas é apontado como uma das causas do fraco desempenho financeiro da estatal nos últimos anos. Só no ano passado a empresa voltou a gerar lucros, após quatro anos seguidos de prejuízos (2012 a 2015), período em que acumulou perdas de R\$ 30 bilhões. A venda das usinas da Eletrobrás não é unanimidade entre especialistas do setor elétrico, apesar de a notícia ter sido bem recebida pelo mercado. Roberto D'Araujo, diretor do Instituto de Desenvolvimento Estratégico do Setor Elétrico (Ilumina), avalia que as usinas da Eletrobrás exercem funções sociais que vão além da geração de energia. Ele diz, também, que o impacto nas contas de luz ainda não está claro. — A Eletrobrás não é uma empresa de governo, é uma empresa do Estado brasileiro. Há um aumento de tarifa que não está sendo explicitado corretamente. Os R\$ 60 são o que nós pagamos. Ali já tem imposto, tarifas de conexão de energia.

O preço que realmente é vendido para as distribuidoras é muito mais baixo. Se ocorrer a venda, o aumento será monstruoso — disse o analista. No Nordeste, a Chesf, por exemplo, é responsável por sistemas de irrigação que atendem a dezenas de produtores locais. Para Fernando Umbria, consultor da LPS

Consultoria Energética, no entanto, a energia gerada por essas usinas precisa voltar a ser competitiva. — O modelo sempre foi aquele que olha para geração de energia como um segmento competitivo, e não como um segmento regulado. A ideia é recuperar o modelo do setor e levantar recursos. Os últimos anos foram ruins para a Eletrobrás. Ao abrir mão de usinas, ela vai se tornar uma empresa menor, mais enxuta, com quadro mais adaptado, para se tornar uma empresa viável — disse Umbria.

TESOURO PODE FICAR COM MAIS RECURSOS

Para aumentar o valor das usinas, o governo também deve recalcular a chamada garantia física das hidrelétricas antigas da Eletrobrás antes de colocá-las à venda. A garantia física é o total de energia que as usinas podem negociar com o mercado de energia elétrica. Em alguns casos, a garantia assumida é calculada sem levar em conta o quanto a usina pode oferecer. Se a operação estiver superestimada, a hidrelétrica recebe mais dinheiro do que o necessário para operar. Caso contrário, a usina gera mais energia e recebe menos pelo que é produzido. Em todos os casos, os custos são repassados ao consumidor.

A intenção, agora, é recalcular o quanto essas usinas podem vender ao mercado e deixá-las mais atraentes para investidores. O governo, porém, ainda não tem estimativa de quanto poderia ser levantado com as outorgas, que poderiam superar R\$ 30 bilhões. Esse valor já despertou atenção da equipe econômica. Por isso, o Ministério de Minas e Energia admite rever a proposta de dividir igualmente entre Tesouro, Eletrobrás e a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE, um fundo setorial) os recursos que seriam gerados com a venda dessas usinas. Por pressão dos ministérios da Fazenda e do Planejamento, a maior parte dos recursos pode ir para o Tesouro.

Com necessidade de aumentar a arrecadação diante da queda nas receitas, a equipe econômica defende que a maior parte dos recursos arrecadados com a venda das usinas fosse destinada às contas públicas. Mesmo assim, as propostas foram colocadas em consulta pública com a divisão em partes iguais, o que pode ser revisto. Para a Eletrobrás não sair perdendo, posteriormente a estatal receberia recursos por meio de aumento de capital por parte da União. A consulta pública ficará aberta até agosto. A intenção é levar as mudanças ao Congresso Nacional, por medida provisória ou projeto de lei, em setembro. E, pelos planos dos técnicos do governo, tudo estará em vigor em janeiro de 2018.

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor:****Título: 'A energia tinha preço mais baixo do que devia'**

Palavra de especialista

A VISÃO DE: João Carlos Mello, presidente da Thymos Energia

-Brasília- "Com a nova regulamentação do setor elétrico, o governo federal está voltando atrás em uma coisa que não deveria ter feito, e que quebrou a Eletrobrás. Quando a medida provisória (MP) 579 foi publicada, durante o governo Dilma Rousseff, essa energia ficou com um preço muito mais baixo do que de fato deveria ser cobrado. Agora, o que está sendo proposto é uma reversão que precisava ser feita em algum momento. É um movimento positivo, muito embora tenha impacto nas tarifas. É inevitável; se não fosse agora, seria depois.

"É a volta às origens, de onde não deveria ter saído, para dar valor a esses ativos. É muito positiva a passagem de preço fixo, em cotas, para um preço de mercado, definido de acordo com a demanda, com a possível privatização das usinas. Tem um desdobramento, já que essas cotas são a energia mais barata que as distribuidoras têm em todo o sistema. Com a mudança, haverá elevação do mix das tarifas cobradas pelas distribuidoras. Mas essa é uma coisa que tem que acontecer. Isso dá valor para o ativo, e a Eletrobrás ganhará com essas mudanças." (Manoel Ventura)

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção: Mercado****Autor:****Título: Produção da Petrobras aumenta acima da meta prevista para 2017**

A produção de petróleo da Petrobras no Brasil cresceu 5,6% no primeiro semestre ante o mesmo período do ano anterior, para 2,171 milhões de barris por dia (bpd). O resultado veio acima da meta prevista para o ano de 2017, de 2,07 milhões de bpd, segundo dados publicados pela petroleira nesta segunda-feira (17).

O volume de petróleo da empresa produzido nos primeiros seis meses deste ano no Brasil foi ainda 1,2% acima da média de extração registrada em todo o ano passado, de 2,144 milhões de bpd.

Já a produção total da Petrobras de petróleo e gás natural, no Brasil e exterior, cresceu 2,9% na primeira metade do ano em comparação ao mesmo período do

ano passado, para 2,791 milhões de barris de óleo equivalente por dia (boe/d), também acima da meta prevista para todo o ano, de 2,62 milhões de boe/d.

Nos primeiros três meses, a produção da empresa foi marcada por paradas para manutenção em grandes plataformas.

Entretanto, a partir de maio, quando a empresa iniciou a produção da plataforma P-66, no campo de Lula, pré-sal da Bacia de Santos —maior produtor do Brasil—, a companhia voltou a aumentar a produção.

Além disso, ao longo deste ano, houve a entrada em operação de novos poços produtores conectados às plataformas do tipo FPSO Cidade de Caraguatatuba, Cidade de Ilhabela, Cidade de Maricá, Cidade de Mangaratiba e Cidade de Saquarema —todos instalados na Bacia de Santos.

Em junho, a produção da estatal cresceu pela segunda vez consecutiva ante o mês anterior para cerca de 2,2 milhões de bpd, alta de 0,6% em relação a maio. Segundo a Petrobras, o resultado de junho se deve, principalmente, ao retorno à produção, após parada programada, da plataforma P-43, nos campos de Barracuda e Caratinga, na Bacia de Campos, e do FPSO Cidade de Mangaratiba, no campo de Lula, na Bacia de Santos.

Já a produção total de petróleo e gás da companhia no país e no exterior em junho somou 2,81 milhões de barris de boe/d, dos quais 2,7 milhões boe/d produzidos no Brasil.

A produção de gás natural no Brasil em junho, excluído volume liquefeito, somou 80,3 milhões de metros cúbicos/dia, alta de 1,8% frente a maio, devido principalmente ao retorno à produção do FPSO Cidade de Mangaratiba.

NOVA PRODUÇÃO

Para este ano, o plano de negócios da empresa prevê ainda iniciar a produção de três novas plataformas nas áreas de Lula Norte, Tartaruga Verde e Mestiça e o TLD (Teste de Longa Duração) de Libra, considerada a área mais promissora do Brasil.

A plataforma do TLD de Libra estava prevista para operar a partir de julho, mas enfrentou problemas operacionais. Até o momento a Petrobras não informou a nova data.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Política

Autor: Tânia Monteiro, Carla Araújo e Pedro Venceslau

Título: Temer vai ao NE para apaziguar PSDB

Presidente confirma presença em evento no interior de Pernambuco, ao lado do titular do Ministério das Cidades, o tucano Bruno Araújo.

Apesar da pressão do chamado Centrão para ocupar ministérios do PSDB, o presidente Michel Temer decidiu “afagar” os tucanos e confirmou presença no

lançamento do programa Cartão Reforma ao lado do ministro das Cidades, Bruno Araújo (PSDB), em Caruaru (PE). A viagem de Temer é vista como um “simbolismo” para mostrar a boa relação com a legenda, embora a sigla tenha divergências internas. O gesto do Planalto tem por objetivo pacificar a relação com o PSDB e garantir os votos que ainda têm do partido, mesmo com as dissidências, para barrar no plenário a denúncia de corrupção passiva contra Temer. Em caráter reservado, um membro da Executiva do PSDB contou que Temer já procurou os quatro ministros da sigla e garantiu que eles não perderão seus cargos. Segundo essa mesma fonte ouvida pelo Estado, Temer pediu, porém, engajamento no movimento para “virar” votos na bancada.

O Planalto está otimista em relação aos tucanos dos ministérios, que dizem acreditar que poderão conseguir mais votos contrários ao prosseguimento da denúncia do que está sendo anunciado. Da semana passada para cá, Temer se reuniu com Araújo pelo menos três vezes. O ministro tem ajudado a contornar problemas em várias alas do partido, que defendem o desembarque do governo Temer. Só entre as legendas que fecharam questão a favor do presidente – PP, PSD, PMDB, PRB e PR – o governo tem 207 votos. Para barrar a denúncia no plenário, Temer precisa de 172 votos. Hoje a conta está entre 250 e 260 parlamentares, podendo alcançar a marca de 330. Com o Congresso em recesso a partir de hoje, Temer quer dedicar as duas próximas semanas a anúncios de medidas positivas e continuar mantendo negociações não só com os tucanos, mas também com parlamentares do DEM, partido do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (RJ), primeiro na linha sucessória da Presidência da República.

Desde o início da tramitação denúncia da Procuradoria-Geral da República contra Temer por corrupção passiva, Maia tem se afastado do Planalto. Agenda positiva. Além do Cartão Reforma, que deve atender ao menos 85 mil famílias com renda menor de R\$ 2.811 neste ano, Temer busca outras medidas na área econômica. Ontem, Temer chamou os ministros da Fazenda, Henrique Meirelles, de Minas e Energia, **Fernando Coelho Filho**, e da Casa Civil, Eliseu Padilha, para discutir o Repetro, um sistema de incentivos para a área de petróleo. Na quinta-feira, antes de embarcar para a reunião do Mercosul, em Mendoza, na Argentina, Temer pretende se encontrar com sindicalistas para avançar nas negociações em torno da medida provisória que o governo prometeu editar para realizar ajustes no texto aprovado da reforma trabalhista.

Paralelamente a isso, o presidente Temer estuda também o anúncio R\$ 3 bilhões para serem distribuídos a integrantes do cadastro único que desejarem se tornar empreendedores, desde que tivessem o apoio do Sebrae. O programa se chama Progredir. Esses recursos seriam microcréditos que poderiam beneficiar mais de um milhão de famílias e eles viriam dos 2% de recursos dos depósitos compulsórios que os bancos fazem no Banco Central. A medida já teve aprovação do BC, de acordo com o ministro do Desenvolvimento Social, Osmar Terra, que

conversou ontem com Temer sobre o assunto. Terra disse que o presidente pediu que sejam adotadas medidas para ajudar o Rio, não só com propostas para a área de segurança, mas programas sociais que ajudem a dar suporte e atividades à juventude.

Leitura do parecer da denúncia é adiada para agosto

O parecer sobre a denúncia contra o presidente Michel Temer não pôde mais uma vez ser lido no plenário da Câmara ontem, por falta de quórum. Como o Congresso Nacional entrará em recesso a partir de hoje, o relatório só poderá agora ser lido em 1º de agosto, quando os parlamentares retomam as atividades legislativas. Para que a sessão fosse aberta e a denúncia contra Temer, lida no plenário, era necessário que pelo menos 51 dos 513 deputados registrassem presença. No entanto, somente 14 parlamentares registraram presença na Casa, impossibilitando a abertura dos trabalhos.

Após ser lido no plenário, o parecer da denúncia será publicado no Diário Oficial da Câmara. Com isso, a previsão é de que seja votado no dia seguinte, 2 de agosto. Para que a denúncia seja aceita, são necessários votos de 342 deputados. Caso Temer perca no Congresso e a denúncia seja aceita, ela ainda terá de passar pelo crivo do Supremo Tribunal Federal (STF). Se a acusação for aceita, Temer se tornará réu e será afastado do cargo por 180 dias.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor:

Título: Empreiteira elege Petrobrás como 'algoz'

Além de citar os motivos de praxe para o pedido de recuperação judicial – crise econômica, dificuldade para conseguir crédito e alto nível de endividamento –, a UTC Participações também responsabilizou a Petrobrás por sua situação.

Em documento entregue à Justiça, os advogados da empreiteira afirmam que "as requeridas (UTC), após o colapso de sua operação em Macaé/RJ, por culpa única e exclusiva da Petrobrás, não tiveram outra saída senão o presente pedido de recuperação judicial".

A afirmação se refere ao fato de a estatal ter bloqueado o pagamento da manutenção de 12 plataformas na Bacia de Campos, no valor de R\$ 20,9 milhões. A retenção dos recursos ocorreu porque a Petrobrás considerou que serviços prestados pela UTC no Rio Grande do Sul foram falhos. A briga entre as empresas resultou na demissão de 4 mil funcionários da empreiteira na semana passada.

Alvo da Lava Jato, a UTC tinha na petroleira sua principal cliente e esperava assinar aditivos aos contratos que já tinha com a petroleira para continuar operando e gerando receita. A Petrobrás, porém, desistiu de renovar os contratos. Procurada, a estatal informou não ter sido notificada sobre a recuperação da UTC e afirmou que ainda "avaliará o conteúdo do pedido e tomará as medidas cabíveis na defesa dos seus interesses".

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Polito

Título: Brasil deve aproveitar crise para aprimorar modelo elétrico, diz ONS

O Brasil deve tirar proveito da crise econômica e, da consequente queda do consumo de energia, para adequar o sistema elétrico e seus modelos de operação e de negócios para a nova configuração da indústria elétrica mundial. A nova configuração prevê participação cada vez maior de fontes renováveis de geração variável, como eólica e solar, inclusive nos pontos de consumo, como residências, edifícios corporativos, hotéis e shopping centers. A avaliação é do diretor-geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), Luiz Eduardo Barata, que defende investimentos em inovação e no aprimoramento das ferramentas do sistema para lidar com o novo cenário.

"É inevitável a presença da renovável, em especial da fotovoltaica no nível do consumidor, a chamada geração atrás do medidor", disse Barata. "A crise econômica que o país está fazendo com que isso ocorra de forma mais retardada em relação ao que aconteceu nos Estados Unidos e na Europa, o que nos dá mais tempo para nos prepararmos para isso. Os países europeus foram surpreendidos. Não vamos poder alegar mais tarde que fomos surpreendidos. Não é esperto desperdiçar o aprendizado alheio." O executivo está há pouco mais de um ano no comando do operador nacional.

Antes de assumir a diretoria-geral do ONS, Barata foi diretor de operação do órgão, entre 2004 e 2010, além de presidente do conselho de administração da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e secretário-executivo do ministério de Minas e Energia (MME), cargo que deixou, em abril de 2016, para assumir a atual função.

"Vamos desenvolver um plano diretor para nos preparar para esse novo tempo da geração distribuída, das baterias e dos sistemas inteligentes", disse o engenheiro eletricista, destacando que serão necessárias ferramentas de operação de resposta rápida, que deem condições para que o órgão tome decisões súbitas.

"Apesar de estarmos melhorando muito nossos modelos de previsão de geração eólica, o vento muda de uma hora para outra. Agora, o sol vai influenciar na carga, os consumidores passam a influenciar no seu consumo", disse. Por esse modelo, os consumidores com painéis solares em seus imóveis fornecerão energia para a rede no momento em que não estiverem utilizando e consumirão energia da rede no momento de maior necessidade. "Então, você precisa ter um ferramental [de operação] preparado para tomar decisões [imediatas]", explicou Barata.

Diante desse cenário que exige mudanças e aperfeiçoamentos no sistema elétrico, Barata elogiou a disposição do MME e o teor da proposta de reforma setorial, apresentada ao mercado no início deste mês. "São mudanças que podem mudar bastante o perfil do setor. Há um reconhecimento de que aquela tese de que ficaríamos hidrelétricos para sempre acabou. Nossa matriz [elétrica] vai mudar fortemente", explicou, lembrando que as novas hidrelétricas estão mais distantes e, portanto, exigem um custo maior de transmissão, enquanto os custos das fontes renováveis variáveis estão caindo.

Segundo ele, por exemplo, o Brasil possui um potencial de geração eólica de 500 gigawatts (GW), volume três vezes maior que a capacidade total do parque gerador do país hoje. Além do crescimento expressivo dessas fontes intermitentes, ele lembra que as novas hidrelétricas que são construídas hoje, devido às exigências ambientais, são a "fio d'água", ou sem reservatórios.

Essa característica, inclusive, terá papel relevante na mudança do atendimento do horário de ponta do consumo do país no futuro. Até 2015, quando o consumo do país ainda registrava forte crescimento, o horário de ponta, momento de maior consumo no país e de necessidade de maior disponibilidade da capacidade do sistema, estava ocorrendo no verão, mais precisamente no início da tarde, devido às elevadas temperaturas, que demandavam um acionamento maior de aparelhos de ar condicionado.

Com a queda do consumo, devido à recessão, e a adição significativa de nova capacidade, a partir da entrada em operação de novas usinas, o problema da ponta no verão foi superada. O ONS, porém, começa a prestar atenção para a situação da ponta a partir de 2020 e principalmente no inverno, quando a geração de energia das hidrelétricas do rio Madeira (RO) e de Belo Monte (PA), que são "fio d'água", estarão em seu patamar mínimo, e, portanto, contribuirão pouco para o atendimento da demanda. Belo Monte, por exemplo, produzirá no inverno cerca de 10% de sua capacidade, de 11.233 MW. Com isso, será necessária uma oferta maior de outras fontes, como eólicas e termelétricas.

Com relação ao balanço entre oferta e demanda de energia, Barata disse não vê risco de desabastecimento nos próximos cinco anos. "Nossos estudos hoje estão considerando um crescimento da carga de 3,6% em cinco anos. Ainda que

crecesse 5%, teríamos condição de atender. Isso significa dizer que dá para anteceder em um ano e pouco o crescimento econômico do país".

Sobre as discussões no âmbito da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) relativas às regras de republicação do preço de liquidação de diferenças (PLD), o preço spot de energia, Barata concorda com a posição defendida pelo mercado de que não se deve republicar o preço, sob pena de prejudicar negócios de energia já concretizados.

"O mercado é absolutamente refratário a qualquer tipo de republicação. Também acho que não deve republicar. A nota técnica [da Aneel] dá o sinal de que temos que investir cada vez mais para termos um processo de aperfeiçoamento constante, que tenhamos uma política clara, transparente, que acaba culminando em um PLD reproduzível [pelo mercado]", disse.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Polito

Título: Reforma valorizará setor, mas não será como antes

A reforma do setor elétrico proposta pelo Ministério de Minas e Energia, em nota técnica colocada em consulta pública no início deste mês, tem potencial de valorização dos papéis de empresas do segmento no país. Um primeiro sinal dessa tendência foi o aumento do valor das ações das elétricas desde a divulgação do documento até a última sexta-feira. As ações da Eletrobrás ON subiram 18,8%, Cemig ON valorizou 9,4% e Copel ON avançou 8,1%. No mesmo período, o Índice de Energia Elétrica (IEE) subiu 4,2%, variação acima da registrada pelo Ibovespa, de 3,5%.

O potencial de valorização dos papéis das elétricas se deve à reorganização do mercado de energia, a partir da medida provisória que o governo pretende publicar ao fim do período de consulta pública. Entre os inúmeros nós a serem desatados pela norma, por exemplo, está a repactuação do risco hidrológico no mercado livre, em que está previsto que as geradoras abram mão das liminares e paguem o montante relativo às despesas oriundas do déficit de geração hídrica (medido pelo fator GSF), em troca de extensão do prazo de concessão de suas usinas.

A perspectiva de "arrumação da casa", que a nota técnica sugere, porém, não significa dizer que o setor elétrico será o mesmo daquele anterior à publicação da polêmica MP 579, em setembro de 2012, da renovação antecipada e onerosa das concessões e que deu início à "colcha de retalhos" regulatória sob a qual o mercado está hoje.

Até o fim da última década, o mercado elétrico brasileiro era conhecido pela estabilidade e previsibilidade. As ações das empresas do setor eram conhecidas como "defensivas", por apresentarem risco reduzido e retorno relativamente baixo, porém contínuo. Era um setor tradicionalmente pagador de dividendos.

É pouco provável que o mercado de energia volte a ter esse perfil. O setor de distribuição, por exemplo, já não tem mais as mesmas características. A perspectiva de abertura maior do mercado livre e a expansão da geração distribuída, sobretudo solar, terão impactos diretos na receita das distribuidoras, que ainda buscam entender como se encaixarão no novo modelo de negócios da indústria de energia no Brasil e no mundo.

O segundo ponto tem a ver com o GSF. A nota técnica propõe uma inteligente e viável solução para a judicialização provocada pelo déficit de geração hídrica, que alcançou R\$ 2 bilhões na última liquidação da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). O documento, contudo, não define uma proposta de solução caso o problema volte a ocorrer no futuro.

Com a "descotização" e posterior privatização das hidrelétricas antigas da Eletrobrás, o risco hidrológico desses empreendimentos, que somam 14 gigawatts (GW) de capacidade, será transferido de volta dos consumidores para os geradores. Pelo modelo proposto pelo governo, se houver crise hidrológica no futuro, investidores podem sofrer impacto financeiro.

Outro ponto de incerteza é a situação da Eletrobrás. Reportagem publicada na última semana pelo **Valor** informou que o governo estuda repassar ao Tesouro a parcela dos recursos da privatização das usinas inicialmente destinada à estatal. Assim, o Tesouro ficaria com dois terços dos recursos. O restante seria repassado para o consumidor, por meio de aporte na Conta de Desenvolvimento Energético.

Mesmo que a nova alternativa em estudo não avance, o repasse dos recursos para a Eletrobrás ainda não está garantido. Associações do setor questionam a legalidade do uso desses recursos que não seja para beneficiar o consumidor, já que esses projetos já foram amortizados.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Internacional

Autor: David Sheppard

Título: EUA exportam mais petróleo, mas importam mais também

O setor de petróleo está rapidamente tornando os Estados Unidos em uma potência na exportação de energia, com uma importante firma de consultoria prevendo que, em 2020, o país vai vender mais petróleo ao exterior do que a

maioria dos membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep).

Mas essa enxurrada nas exportações, possibilitada pela força da revolução do petróleo de xisto e pelo fim de restrições às vendas americanas ao exterior que vigoraram por décadas, tem um outro lado: quanto mais petróleo os EUA exportam, mais as importações também crescem.

Nos seis primeiros meses de 2017, período no qual em alguns dias as exportações de petróleo dos EUA chegaram a superar a marca de 1 milhão de barris, as importações do produto pelo país subiram 5%, o equivalente a mais de 300 mil barris diários, em comparação a igual período de 2016.

Os dados são da Agência de Informações sobre Energia dos EUA (EIA, na sigla em inglês) e mostram que embora o aumento das exportações americanas muitas vezes seja retratado como uma ameaça direta à Opep, a realidade se mostra mais cheia de nuances.

Os EUA continuam sendo o maior consumidor mundial de petróleo. Queimam quase 20 milhões de barris por dia, mais 20% do total mundial.

Mas também é um dos maiores importadores de petróleo, mesmo com o aumento da oferta doméstica, as refinarias americanas vão precisar de fontes externas alternativas se quiserem vir a exportar em escalas ainda maiores.

"Os navios vão começar a se cruzar novamente", disse o analista Stephen Wolfe, especialista em EUA da Trafigura, uma das tradings que mais envia petróleo americano ao exterior. "Com mais barris saindo, você vai precisar de mais barris entrando."

Cerca de dois terços do aumento das importações americanas neste ano veio do Canadá, onde os investimentos feitos na região das areias betuminosas antes da queda das cotações - de mais de US\$ 100 por barril, no início de 2014, para menos de US\$ 50 por barril hoje - levaram ao aumento da produção de petróleo pesado do tipo betuminoso. O restante veio, em grande medida, de membros da Opep, o que mostra como o impacto das exportações do EUA sobre o grupo não é tão direto assim.

O Iraque, segundo maior produtor da Opep, viu as exportações para os EUA subirem cerca de 85% no primeiro semestre do ano, para mais de 600 mil barris por dia, mesmo depois de o cartel ter aprovado cortes nas cotas de produção para tentar impulsionar as cotações.

Os embarques da Nigéria para os EUA subiram 25% na comparação anual, para quase 275 mil barris por dia no primeiro semestre. As exportações de petróleo

do tipo leve da Nigéria ficaram, em grande medida, de fora do mercado americano depois do aumento inicial da produção de petróleo de xisto - que é ainda mais leve.

As exportações de outros membros da Opep para os EUA - incluindo o maior produtor, a Arábia Saudita - ficaram estáveis ou caíram ligeiramente.

Analistas dizem que essas tendências são parte do novo status dos EUA como participante plenamente ativo em um mercado mundial de petróleo verdadeiramente mais competitivo. Hoje, as refinarias podem escolher a dedo os tipos de petróleo que são melhores para suas instalações ou os que têm melhor preço, independentemente da origem.

As refinarias na parte americana do Golfo do México em grande medida trabalham com petróleos mais pesados, com maior teor de enxofre, segundo Olivier Jakob, analista da Petromatrix. "Os EUA têm muito petróleo leve, então eles os enviam para fora e precisam importar petróleo pesado ou médio."

As exportações dos EUA também vêm mostrando a capacidade de se adaptar rapidamente às necessidades do mercado. Embora a maioria das exportações dos EUA ainda consista essencialmente de petróleo de xisto, mais leve, as empresas também vêm exportando cargas maiores de petróleos pesados para a Ásia.

Os cortes na produção da Opep reduziram principalmente a oferta de petróleo mais pesado e mais barato, o tipo que as refinarias asiáticas querem, o que levou a um aumento na procura por barris com maior teor de enxofre no centro do crescimento da demanda global.

Pelo menos três superpetroleiros - cada um com capacidade para mais de 2 milhões de barris - partiram dos EUA para a Ásia neste ano, todos levando petróleo com alto teor de enxofre extraído das águas do Golfo do México, em vez do petróleo de xisto dos campos do Texas ou da Dakota do Norte.

Esse petróleo foi enviado por um grupo bem variado de empresas, incluindo a Trafigura, a petrolífera BP e a estatal chinesa Unipet.

A Indian Oil Corporation vai receber em outubro um carregamento de petróleo de alto teor de enxofre proveniente da plataforma Mars, nos EUA, que vai ser misturado ao petróleo extraído das areias betuminosas canadenses. "As cargas vindas dos EUA vem se mostrando bastante econômicas", disse A. K. Sharma, diretor de finanças da Indian Oil Corp.

A Pira Energy, unidade da S&P Global Platts, é a firma de consultoria que previu que em 2020 as exportações de petróleo americano podem chegar a 2,25 milhões de barris por dia.

"Se a parte econômica justificar isso, o que vai acontecer é que as pessoas vão chegar e comprar [petróleo] dos EUA do Golfo [do México]", disse Gary Ross, fundador da Pira Energy. "[Mas] você ainda poderá ver importações substanciais de barris de [petróleo] pesado com [alto teor] enxofre entrando nos EUA."

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Rio Tinto produz menos

A mineradora australiana Rio Tinto produziu 79,8 milhões de toneladas de minério de ferro no segundo trimestre, queda de 1% na comparação anual. No primeiro semestre, somou 157 milhões de toneladas, menos 2%. Os embarques da commodity somaram 77,7 milhões de toneladas entre abril e junho, queda de 6% na comparação anual, enquanto nos primeiros seis meses as entregas caíram 3%, para 154,3 milhões de toneladas. O menor desempenho, segundo a companhia, reflete as condições adversas do clima no primeiro trimestre e a manutenção nos trilhos de operações, que deverá continuar até o fim do ano. Para 2017, a Rio Tinto projeta entregar 330 milhões de toneladas ante estimativa anterior de 330 milhões a 340 milhões toneladas.

Moody's rebaixa a CSN

A agência de classificação de risco Moody's rebaixou o rating em escala global da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), passando de "Caa1" para "Caa2" e a nota em escala nacional, de "B3.br" para "Caa2.br". A perspectiva de ambos os ratings permanece negativa. Em nota, a Moody's afirmou que os rebaixamentos refletem a posição difícil de liquidez enfrentada pela CSN, exacerbada pelo fato de a empresa ainda não ter divulgado as demonstrações financeiras auditadas referentes ao ano fiscal de 2016 e do primeiro trimestre. A agência se diz preocupada quanto às potenciais pressões na liquidez da CSN decorrentes desse fato.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia e Rodrigo Polito

Título: Norte Energia tenta usar contrato de térmica da Bolognesi

A Norte Energia, concessionária da hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu (PA), está tentando uma saída "criativa" para o impasse referente à sua fatia de 20%

descontratada, originalmente destinada ao mercado livre. A ideia é migrar o contrato de compra de energia (PPA, na sigla em inglês) da termelétrica Rio Grande (RS), da gaúcha Bolognesi, para contratar essa energia.

A Norte Energia apresentou na semana passada uma consulta à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), para verificar se será possível fazer a migração.

Na prática, se permitida pela Aneel, a operação concretizará uma junção de interesses. A concessionária de Belo Monte tem a energia, mas não tem o contrato. Já a Bolognesi tem a obrigação de cumprir o contrato, mas não conseguiu construir a usina.

Se a agência reguladora der o aval, as negociações devem progredir, apurou o **Valor** com fontes próximas da negociação. A Bolognesi tem até 31 de agosto para resolver o problema dessa termelétrica, cujas obras não saíram do papel. Se não o fizer, está sujeita a punição pela Aneel, na forma de uma pesada multa, por exemplo.

As duas companhias têm pressa. O problema da Norte Energia é que a contratação dessa fatia de 20%, que seria destinada ao mercado livre e ainda não foi negociada, é condição primordial para que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) libere a parcela de R\$ 2 bilhões do financiamento firmado para a construção da hidrelétrica.

O banco exigia, em valores do ano passado, que fosse apresentado um contrato de venda dessa energia por R\$ 185 por megawatt-hora (MWh). Enquanto não ocorre a liberação desse empréstimo, que é a última parcela do financiamento, os sócios da hidrelétrica têm feito aportes mensais para tocar as obras, já atrasadas.

A Eletrobrás, por meio das controladas Chesf e Eletronorte, possui 49,98% de participação na empresa. Os demais sócios são Cemig, Vale, Light, Neoenergia, Petros, Funcef, J. Malucelli Energia e Sinobras. O **Valor** apurou que os sócios - muitos em crise financeira, como a Cemig e a Eletrobrás - relutam em fazer novos aportes na companhia, o que explica a pressa da concessionária em garantir o desembolso do empréstimo do BNDES.

A Bolognesi também enfrenta problemas que se arrastam desde 2014, quando a termelétrica Rio Grande, de cerca de 1,25 gigawatts (GW) de potência, foi contratada às distribuidoras de energia em um leilão do tipo A-5. O prazo original de entrada em operação era janeiro de 2019, mas a termelétrica conseguiu postergar os contratos para janeiro de 2021. A Aneel, então, deu à usina até 31 de agosto para viabilizar uma solução.

Se a migração do contrato da usina para a Norte Energia der certo, isso significa que a termelétrica, que seria a gás natural liquefeito (GNL), não vai ser construída, e nem o terminal de regaseificação do GNL que a Bolognesi havia se comprometido a fazer.

A consulta que a Norte Energia fez à Aneel também trata das possíveis penalidades a que a Bolognesi estaria sujeita por não entregar as obras. Isso é determinante para que o grupo gaúcho aceite ou não uma operação com a controladora de Belo Monte.

O **Valor** apurou ainda que essa não é a única saída vislumbrada pela Bolognesi. A companhia segue negociando o projeto com outros dois compradores.

Recentemente, a companhia gaúcha conseguiu transferir o contrato de outra termelétrica, a Novo Tempo (PE), de 1,2 GW, para a Prumo. A termelétrica também foi contratada no A-5 de 2014. Na época do certame, especialistas chegaram a alertar para o risco de contratação de um volume de quase 2,5 GW de energia nas mãos de um estreante. A Norte Energia tinha conversado com a empresa sobre esta termelétrica também, mas as negociações não avançaram.

Procuradas, a Norte Energia não se manifestou até o fechamento desta edição, e a Bolognesi não quis comentar o assunto.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia

Título: Governo de São Paulo publica regras para acesso à dados da Cesp

O governo do Estado de São Paulo publicou hoje, no Diário Oficial do Estado, as regras para que os interessados em adquirir a Cesp tenham acesso à "sala de informações" que será aberta amanhã, quarta-feira, com dados considerados fundamentais para que os investidores façam a diligência na estatal paulista.

Ainda em julho, terá início também o prazo para que os interessados solicitem visitas técnicas e reuniões com a companhia. As visitas e reuniões serão feitas em agosto, para que o leilão de privatização da companhia aconteça em setembro.

A sala de informações vai conter documentos distribuídos em três grupos. O primeiro, com menor grau de confidencialidade, vai incluir documentos de acesso geral, como demonstrações financeiras e atos societários. O segundo grupo incluirá documentos de acesso restrito, como contratos operacionais e financeiros, e não poderão ser impressos ou copiados. O grupo com documentos de maior grau de confidencialidade, terá documentos com informações restritas.

O acesso à sala de informações vai ser encerrado dois dias úteis antes da entrega de documentos para pré-identificação no leilão.

Os interessados que se cadastrarem receberão chaves de acesso para cada integrante de sua equipe, com limite de até 50 pessoas. O custo disso será de R\$ 25 mil.

A publicação do edital de privatização da companhia também é prevista para agosto, um mês antes da realização do leilão.

Será apenas com a publicação do edital que serão divulgadas informações cruciais para o sucesso do leilão, como o preço mínimo da companhia e a definição sobre a divisão das indenizações que a Cesp pleiteia à União pela devolução das hidrelétricas Três Irmãos, Jupia e Ilha Solteira.

O preço será fundamental para determinar o interesse de investidores na companhia, especialmente depois que o governo de São Paulo decidiu prosseguir na privatização sem renovar antecipadamente o contrato da hidrelétrica Porto Primavera, principal ativo da estatal, que vence em 2028. Hoje, a Cesp tem 1.654 megawatts (MW) de potência sob sua administração.

A companhia foi drasticamente reduzida depois de rejeitar as condições impostas pela Medida Provisória (MP) 579, em 2012, para renovar antecipadamente as concessões das usinas de Três Irmãos, Jupia e Ilha Solteira. Outro ponto importante é a disputa com a União sobre as indenizações referentes à esses ativos. A estatal tem um montante não controverso a receber de cerca de R\$ 2,5 bilhões, mas defende o recebimento de R\$ 8,2 bilhões.

O **Valor** apurou que os atuais sócios da Cesp é que terão direito ao recebimento das indenizações- e não os novos donos da companhia. Isso não impede o governo de São Paulo a incluir no edital algum mecanismo que garanta que os compradores recebam algum percentual desses montantes no futuro, dependendo do desempenho da companhia na disputa judicial. As respostas virão em agosto.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção:** Empresas**Autor:****Título:** Curtas

Reajustes para o aço

As siderúrgicas do país abriram nova rodada de reajustes dos preços do aço. Depois da Usiminas, na semana passada, ontem a ArcelorMittal comunicou a seus clientes da distribuição aumento de 10% para a bobina a quente. O reajuste entrará em vigor no dia 24. Segundo uma fonte, também o grupo Gerdau vai seguir as concorrentes e elevar em 10% o preço do mesmo produto, com a nova tabela passando a valer no dia 1º de agosto. A CSN não informou ainda intenção, mas a expectativa de clientes é que fará algo da mesma ordem a partir do início do próximo mês. O reajuste da Usiminas, de 10,7%, começa a vigorar nesta sexta-feira, dia 21. A razão do aumento apenas do aço laminado a quente, menos nobre, é que a diferença dele para a bobina a frio, na China, está em US\$ 40 a tonelada. No Brasil, acima de US\$ 100. A avaliação é que novo reajuste para laminado a frio e para aço galvanizado pode estimular ainda mais as importações dos dois tipos de aço da China. Laminado a frio e galvanizado responderam, em junho, por 18% e 25% do consumo aparente dos dois produtos, respectivamente. A importação de bobina a quente somou apenas 4 mil toneladas.

Preço do minério sobe

O preço do minério de ferro voltou a subir ontem, depois de ter registrado ligeira queda na última sexta-feira, e se aproximou de US\$ 67 a tonelada, segundo dados da publicação "Metal Bulletin". O minério com teor médio de 62% fechou a US\$ 66,81 por tonelada no porto chinês de Qingdao, equivalente a 1,63% ou US\$ 1,07 de alta frente à última cotação. Os preços da matéria-prima do aço têm se sustentado acima dos US\$ 60 a tonelada desde o fim de junho. Em julho, a commodity acumula ganho de 2,86%.

Nepean fecha aquisição

A fabricante australiana de transporte de materiais Nepean Conveyors assinou ontem a aquisição dos negócios de transportes de minérios da sueca Sandvik, que incluem o fornecimento de equipamentos e tecnologias para o setor, entre outras atividades. Segundo o diretor executivo da Nepean, Miles Fuller, a aquisição trará "ótima sinergia" para os negócios da companhia, que ganhará instalações na Alemanha, Finlândia, Brasil e mesmo na Austrália. Cerca de 340 funcionários da Sandvik serão integrados à compradora. A expectativa da Nepean é que a operação seja concluída até o fim deste ano, sujeita à aprovação dos órgãos

regulatórios competentes. Não foram informados valores da operação. Em 2016, o segmento de transporte de minérios adquirido pela empresa teve faturamento de cerca de US\$ 70 milhões.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Stella Fontes

Título: Ação da Braskem atinge valor mais alto da história

Depois de sofrerem baixas consideráveis no começo de 2015, quando circularam as primeiras notícias relacionando a Braskem à Operação Lava-Jato, as ações da petroquímica controlada por Odebrecht e Petrobras se recuperaram e alcançaram ontem valor histórico na B3, considerando-se as cotações ajustadas. O gatilho para a alta de 5,2%, que levou o papel PNA a fechar a sessão em R\$ 38, foi a perspectiva de que o ciclo de alta da indústria petroquímica se alongará até 2018, endossada pela equipe de análise do Morgan Stanley.

Analistas do banco traçam um cenário positivo para os spreads (diferença de preço em relação à matéria-prima) de petroquímicos em 2017 e 2018 e acreditam que a ação da Braskem caminha para valer, ao fim do ano que vem, R\$ 46 - preço-alvo, que antes estava calculado em R\$ 40. "Estamos agora menos preocupados com as investigações da Lava-Jato e com efeitos secundários do acordo de leniência da Odebrecht", escreveram os analistas do banco, Bruno Montanari e Madalena Carmona e Costa.

Internamente, a petroquímica procura tratar o assunto como página virada e seu conselho de administração aprovou recentemente o investimento de R\$ 2,2 bilhões em uma nova fábrica nos Estados Unidos, projeto que estava amadurecendo há algum tempo.

Mas ainda há pendências: a publicação dos balanços auditados de 2016 e do primeiro trimestre e o formulário 20-F, que também não foi entregue à U.S Securities and Exchange Commission (SEC). Procurada, a companhia informou que "segue envidando seus melhores esforços para conclusão dos trabalhos junto aos auditores independentes".

Além de melhorar o preço-alvo, o Morgan Stanley elevou de neutra (equal-weight) para compra (overweight) a recomendação para as ações da Braskem. Em termos operacionais, a percepção é a de que os spreads vão se manter atrativos ao longo da maior parte de 2018, o que, combinado com um câmbio mais fraco, desenha um atraente fluxo de caixa livre.

Segundo os analistas, os spreads de poliolefinas (polietileno e polipropileno) permanecerão em níveis saudáveis em 2018, frente à expectativa anterior de pressão sobre as margens proveniente da nova capacidade de eteno de baixo custo e preços mais altos do petróleo. "No entanto, a forte demanda por poliolefinas, os preços ainda baixos do óleo e atrasos na adição de capacidade nos tornaram mais confiantes quanto à resistência dos spreads e agora esperamos que o ciclo [petroquímico] permaneça em seu auge durante boa parte de 2018", afirmaram.

O banco também aumentou em cerca de 15% as projeções para o resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) ajustado em 2017 e 2018. Para este ano, o resultado esperado é de R\$ 13,56 bilhões - e de R\$ 12,04 bilhões no ano que vem.

Os analistas lembram que a Braskem beneficiou-se de um ambiente positivo logo após concluir pesados investimentos no México, o que permitiu que a alavancagem financeira caísse de 5,2 vezes no primeiro trimestre de 2015 para 2,3 vezes no mesmo intervalo deste ano. Diante disso, o fluxo de caixa livre que estava negativo durante o ciclo de investimentos entrou em terreno positivo, com média anual de US\$ 1,8 bilhão entre 2016 e 2018 (valor projetado).

A Braskem foi constituída em 2002 e no ano seguinte aderiu ao nível I da bolsa paulista.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito e Juliana Machado

Título: Produção da Petrobras no semestre supera meta

A Petrobras fechou o primeiro semestre do ano com uma produção média de petróleo em campos nacionais de 2,17 milhões de barris diários. O volume é 4,8%, superior à meta estabelecida para este ano, de 2,07 milhões de barris diários. O desempenho acima do previsto pode levar a estatal a rever para cima a meta para 2017. Até o momento, porém, a empresa não fez qualquer indicação nesse sentido.

A produção de petróleo da Petrobras em campos nacionais no primeiro semestre foi 5,57% superior em relação a igual período do ano passado, quando atingiu 2,056 milhões de barris diários, e 2,69% inferior em comparação com a média dos seis meses anteriores, o segundo semestre de 2016, quando ficou em 2,23 milhões de barris diários.

No último mês, a Citi Corretora disse esperar que a Petrobras revise para cima sua projeção de produção para 2017. Na ocasião, a corretora destacou o início de operação da plataforma P-66, com capacidade de 150 mil barris diários, com cerca de 100 mil barris diários líquidos para a Petrobras, e que ainda está previsto o início de operação de outras três plataformas, com capacidade extra de 350 mil barris diários de produção bruta, o que garante cerca de 265 mil barris diários líquidos para a Petrobras.

Para o diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), Adriano Pires, o desempenho da produção da Petrobras na primeira metade do ano é positivo. "Se a Petrobras atingir a meta para este ano será um sucesso", disse. Caso a meta se confirme, será o terceiro ano consecutivo que a estatal entrega a produção prometida.

Por outro lado, a produção da companhia em 2017 pode ter sido influenciada pelo atraso no programa de desinvestimentos, que voltou à estaca zero, após ser reformulado por determinação do Tribunal de Contas da União (TCU). Um exemplo desse efeito é o campo de Baúna, na Bacia de Santos, onde são extraídos cerca de 45 mil barris diários de petróleo. A área seria vendida no ano passado juntamente com 50% do campo de Tartatuga Verde, na Bacia de Campos, para a australiana Karoon, por US\$ 1,5 bilhão. A operação, porém, foi cancelada e o processo de venda reiniciado, devido a incertezas judiciais envolvidas no negócio.

Em junho, a produção de petróleo da Petrobras no Brasil alcançou 2,2 milhões de barris diários, um aumento de 0,6% ante maio. Em relação a junho do ano passado, a produção no país ficou estável.

O resultado no mês passado se deve, segundo a empresa, ao retorno da produção da plataforma P-43, nos campos de Barracuda e Caratinga, na Bacia de Campos, após parada programada, além da retomada da plataforma FPSO Cidade de Mangaratiba, no campo de Lula, no pré-sal da Bacia de Santos.

A produção total de petróleo e gás natural da Petrobras em junho foi de 2,81 milhões de barris de óleo equivalente por dia (boed), leve aumento de 0,3% ante maio e queda de 3,1% sobre igual mês do ano passado. Desse total, 2,7 milhões de boed foram produzidos no Brasil e o restante no exterior.

A produção de petróleo operada pela estatal no pré-sal, considerando parcela própria e de parceiros, atingiu dois recordes em junho: o recorde mensal foi atingido com a marca de 1,35 milhão de barris por dia e o diário foi alcançado em 19 de junho, com produção de 1,42 milhão de barris.

MME / ASCOM